

Sumário

Parte I: Registro Civil das Pessoas Jurídicas 10

1. Visão Geral 11

1.1. Conceito 11

1.2. Histórico legislativo 12

1.3. Regime jurídico atual 14

2. Princípios 18

2.1. Princípio da Legalidade 18

2.2. Princípio da Fé-Pública 18

2.3. Princípio da Instância (Rogação) 19

2.4. Princípio da Publicidade 19

2.5. Princípio da Qualificação 20

2.6. Princípio da Continuidade 21

2.7. Princípio da Presunção Absoluta de Validade 21

3. Atribuições 22

3.1. Introdução 22

3.2. Registro 26

3.3. Matrícula 29

3.4. Averbação 31

3.5. Certificação 34

3.6. Registro e autenticação de livros 37

4. Livros 39

5. Procedimento Registral 44

5.1. Questões preliminares 44

5.2. Prazo 46

5.3. Competência registral 47

5.4. Qualificação registral 48

5.5. Qualificação positiva	50
5.6. Qualificação negativa	51
6. Dúvida registral.....	52
6.1. Noções gerais	52
6.2. Legitimidade.....	52
6.3. Objeto	53
6.4. Procedimento	53
6.5. Competência para julgamento	54
6.6. Dúvida inversa	55
7. Atos de Registro	57
7.1. Associações	57
7.1.1. Modelo de peças.....	59
7.2. Especificidades do Registro.....	60
7.3. Transformação de associação em outra pessoa jurídica	63
7.4. Entidades religiosas.....	64
7.4.1. Modelo de peças.....	66
7.5. Sociedades.....	67
7.5.1 Aspectos registrais	67
7.5.2. Sociedades simples puras e a inscrição prévia em Conselhos Regionais	70
7.5.3. Sociedades simples não puras	71
7.5.4. Atividade rural.....	73
7.5.5. Sociedade unipessoal.....	73
7.5.6. Sociedade entre cônjuges	75
7.5.7. Modelo de Peças	77
7.6. Cooperativas.....	78
7.7. Fundações	79
7.7.1. Documentos necessários	79
7.7.2. Qualificação registral.....	81
7.8. Partidos Políticos.....	82

7.9. Empreendimentos de Economia Solidária.....	83
7.10. Sindicatos e demais entidades sindicais.....	85
8. Matrículas	88
8.1. Modelo de Peças.....	91
8.1.1. Matrículas de jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias	91
9. Autenticação de Livros.....	93
10. Averbações.....	100
10.1. Noções gerais	100
10.2. Transformação de pessoa jurídica	101
10.3. Fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas.....	101
10.4. Alteração de localização da pessoa jurídica.....	103
10.5. Certidões negativas de débito federal.....	103
10.6. Encerramento da pessoa jurídica	105
10.6.1. Da Associação	105
10.6.2. Da Sociedade	105
10.6.3. Da Fundação.....	107
Referências.....	109
 Parte II: Registro de Títulos e Documentos	 111
1. Visão Geral.....	112
1.1. Conceito	112
1.2. Regime jurídico	112
1.3. Objeto.....	113
1.4. Atribuições.....	114
1.5. Atribuição Residual.....	118
2. Princípios.....	120
2.1. Princípio da Legalidade	120
2.2. Princípio da Imediatidade.....	121

2.3. Princípio da Integralidade	121
2.4. Princípio do Exame Formal	122
2.5. Princípio da Unidade de Tempo.....	123
2.6. Princípio do Duplo Registro	123
2.7. Princípio da Continuidade	125
2.8. Princípio da Exatidão	125
2.9. Princípio da Prioridade	126
2.10. Princípio da Distribuição Facultativa	128
2.11. Princípio da Subsidiariedade	129
3. Títulos Registráveis.....	131
3.1. Instrumentos Particulares	131
3.2. Penhor Comum sobre Coisas Móveis.....	131
3.3. Caução de Títulos de Crédito	132
3.4. Contrato de Parceria Agrícola ou Pecuária	133
3.5. Renovação Judicial do Contrato de Arrendamento.....	133
3.6. Locação de Bens Imóveis.....	134
3.7. Contratos de fiança	135
3.8. Contratos de locação não atribuídos a outras serventias	135
3.9. Compra e venda em prestações e alienação e promessa de venda de bens móveis.....	136
3.10. Documentos estrangeiros.....	137
3.10.1.Introdução	137
3.10.2.Objeto.....	138
3.10.3.Tradução Juramentada.....	138
3.10.4.Apostilamento.....	139
3.11. Documentos referentes a automóveis.....	141
3.12. Atos administrativos das autoridades alfandegárias	142
3.13. Sub-rogação	142
3.14. Dação em pagamento	143
3.15. Cessão de direitos e de créditos	143

3.16. Reserva de domínio e arrendamento mercantil.....	144
3.17. Alienação fiduciária de bens móveis.....	144
3.18. Condições judiciais ou administrativas.....	150
3.19. Registro da ata de Assembleia Geral que delibera sobre a destituição de incorporador	151
3.20. Valor probatório das certidões emitidas pelo RTD	151
4. Livros.....	152
4.1. Livro A – Protocolo	152
4.2. Livro B – Registro Integral	153
4.3. Livro C – Inscrição por Extrato	154
4.4. Livro D – Indicador Pessoal.....	156
4.5. Livro E – Indicador Real.....	156
4.6. Livro F – Para o registro facultativo	157
4.7. Livro G – Indicador Pessoal Específico.....	158
5. Competência.....	159
6. Prazo	162
7. Qualificação Registral.....	164
7.1. Disposições Gerais.....	164
7.2. Registro para fins de Publicidade e Eficácia perante terceiros	164
7.3. Registro para fins de Conservação	166
7.4. Qualificação Negativa.....	167
7.4.1. Disposições gerais	167
7.4.2. Dúvida Registral.....	168
7.4.3. Suspeita de falsidade.....	168
7.5. Qualificação Positiva	169
8. Notificações Extrajudiciais	171
8.1. Conceito	171
8.2. Procedimento e requisitos.....	171
8.2.1. Competência	172

8.2.2. Registro do documento e solicitação do interessado.....	173
8.2.3. Cientificação do destinatário.....	173
8.2.4. Certificação da notificação	174
8.3. Diligências	174
8.4. Prazos.....	176
8.5. Notificação por hora certa.....	177
8.6. Modelo de peças	178
8.6.1. Notificação extrajudicial	178
9. Cancelamento no RTD.....	179
10. Central Eletrônica	181
11. Autenticação de Microfilmes.....	186
Referências	187
 Parte III: Jurisprudência	 188
 1. Decisões do STJ.....	189
2. CGJSP CSMSP TJs.....	191
 Parte IV: Artigos doutrinários	 207
 1. “Comentários à decisão administrativa proferida no processo digital nº 1130061-20.2023.8.26.0100, da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital/SP.”	208
2. “Associação que atua na área de saúde precisa de inscrição prévia perante o Conselho Regional de Medicina?.....	216
3. “Decisão da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital/SP sobre denominação de associação.”	221
4. “Formação da denominação de Entidade Religiosa”.....	228